

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: a importância de letramento na formação do cidadão de ontem,
de hoje e do futuro

BRAZILIAN EDUCATION: the importance of literacy in the formation of citizen yesterday,
today and tomorrow

EDUCACIÓN BRASILEÑA: La importancia de la alfabetización en la formación del
ciudadano ayer, hoy y mañana

Raimundo Washington dos Santos¹

RESUMO: Falar em educação brasileira sempre se viu como algo desafiador frente a muitos temas importantes, a citar exemplos como a qualidade da educação básica trabalhada, o acesso à educação superior, bem como a formação de seus professores. Pensando como se pode contribuir com informações que possam contribuir com a melhoria no ensino escolar face a uma alfabetização trabalhada de maneira que possa trazer resultados positivos aos objetivos e fins específicos que se busca nos bancos escolares, o presente artigo traz o tema “Educação Brasileira: a importância de letramento na formação do cidadão de ontem, de hoje e do futuro”, onde é apresentado no corpo textual uma introdução, a qual traz ideia dos objetivos do artigo. Em seguida, falamos dos primeiros momentos da Escolarização no Brasil, depois tratamos de falar sobre a prática de alfabetização e suas metodologias trabalhadas, os seus primórdios históricos, conceitos e metodologias na sua prática, diferenciação entre o que é letramento e alfabetização, explicação da origem do termo letramento e uma conclusão para a ideia proposta nesse artigo. Para fomentar e legitimar a pesquisa foram utilizados autores que tratam, principalmente dos estudos de letramento como Street, Kleiman, Soares, e outros que trazem valiosas contribuições.

Palavras-chave: Alfabetização. Crítica cultural. Letramento.

ABSTRACT: Speaking of Brazilian education has always been seen as something challenging facing many important issues, citing examples such as the quality of basic education crafted, access to higher education, and the training of their teachers. Wondering how you can contribute information that can contribute to the improvement of school

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural - PÓSCRITICA / DEDC II Alagoinhas - Bahia.
E-mail: admwashingtonsantos@yahoo.com.br.

education face a crafted literacy so that it can bring positive results to specific goals and purposes that is sought in school enrollment, this article brings the theme "Brazilian Education: the importance of literacy in the formation of citizen yesterday, today and tomorrow ", which is displayed in the textual body an introduction, which brings idea of the aims of the article. Then we talk about the early days of schooling in Brazil, then we try to talk about the practice of literacy and their working methods, its historical beginnings, concepts and methodologies in their practice, differentiation between what is literacy and literacy, explaining the origin the term literacy and a conclusion to the idea proposed in this article. To foster and legitimize the research were used authors who deal mainly of literacy studies as Street, Kleiman, Soares, and others who bring valuable contributions.

Keywords: Literacy. Cultural criticism.

RESUMEN: Hablando de la educación brasileña siempre ha sido visto como algo desafiante frente a muchas cuestiones importantes, citando ejemplos como la calidad de la educación básica artesanal, el acceso a la educación superior y la formación de sus profesores. Se pregunta cómo puede contribuir con información que puede contribuir a la mejora de la educación escolar se enfrentan a una alfabetización diseñado para que pueda dar resultados positivos a las metas y objetivos específicos que se trataron en la matrícula escolar, este artículo trae el tema "Educación de Brasil: la importancia de la alfabetización en la formación del ciudadano ayer, hoy y mañana ", que aparece en el cuerpo del texto de introducción, que trae idea de los objetivos del artículo. Luego hablamos de los primeros días de la escolarización en Brasil, entonces tratamos de hablar sobre la práctica de la alfabetización y de sus métodos de trabajo, sus orígenes históricos, conceptos y metodologías en la práctica, la diferenciación entre lo que es la alfabetización y la alfabetización, explicando el origen la alfabetización plazo y una conclusión a la idea propuesta en este artículo. Para fomentar y legitimar la investigación se utilizaron los autores que se ocupan principalmente de los estudios de alfabetización como la calle, Kleiman, Soares, y otros que aportan valiosas contribuciones.

Palabras clave: Alfabetización. Crítica cultural. Alfabetismo.

INTRODUÇÃO

De acordo com Bueno (2014, p. 01) informa que o Plano Nacional de Educação - PNE do Brasil, prevê ofertar de maneira mais universalizada, e talvez, ambiciosa, até o ano 2016, focando para a Educação Infantil, uma projeção que tenha por completo o público de faixa etária entre os quatro à cinco anos, já no Ensino Fundamental a faixa compreendida de nove anos para todos entre os seis e quatorze anos, bem como ofertar ensino médio à população de quinze à dezessete anos.

Diz, ainda, que se somando a essas metas, há também o objetivo de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental, e, ainda, oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas. Há grande destaque, ainda, para a Formação Continuada e valorização dos professores.

“Esses e outros desafios previstos no PNE não podem ser desconsiderados, dado que o que se está falando são de vidas, ou seja, de inúmeras crianças e jovens. Eles não podem ser frustrados, precisam encontrar na escola seu porto seguro, um lugar que promova a cidadania por meio do conhecimento e que saiba respeitar as formas de aprender de cada um deles. Bueno (2014, p. 01).

Na busca para o alcance das metas estabelecidas no plano para uma educação com mais qualidade e resultados positivos mesmo com entraves que possam existir, os esforços são diversos para que esse objetivo seja alcançado, o que se dá, por exemplo, a partir de metodologias inovadoras, como os Programas Educação em Tempo Integral, Cinema e Educação, Ensino de Línguas, Qualificação de Gestores, Pró-Família, Matemática Descomplicada, Aprendizagem Sistêmica, Informática Educacional, entre muitos outros.

A chamada Educação em Tempo Integral, por exemplo, apresenta diversas oficinas, as quais com métodos inovadores visando não só estimular mas motivar os alunos a desejarem o conhecimento. Entre esses meios, são destaque as oficinas de Alfabetização e Letramento, Literatura e Leitura, Artes Visuais, Dança, Música, Fanfarra e várias modalidades de Esportes.

“Tudo isso comprova que os desafios da educação brasileira podem ser vencidos e superados por meio do contato, da conversa e da troca de experiências, o que envolve alunos, pais, professores, coordenadores, gestores e, claro, a comunidade em que a escola faz parte”. Bueno (2014, p.01),

Pode-se crer que uma nação é rica quando umas das suas maiores riquezas é a educação do seu povo e que essa começa nas séries iniciais com uma alfabetização de qualidade, comprometida com a informação e formação do sujeito que está fazendo parte do processo de alfabetização.

A realidade é que as escolas brasileiras, de modo geral, formam alunos que mal conseguem ler e escrever, que não sabem ao menos interpretar e produzir pequenos textos, a

exemplo de uma simples redação, constando-se uma triste realidade: que as escolas brasileiras de ensino fundamental nas séries iniciais, de modo geral têm contribuído para a formação de analfabetos funcionais.

As taxas de analfabetismo funcional apresentam um índice muito alto em todos os estados brasileiros, assim, percebe-se a urgente necessidade de uma educação com qualidade e comprometida com uma alfabetização mais eficiente e letramento como condição real de uma verdadeira aprendizagem do sentido de se aprender aprendendo, aprender fazendo, aprender ensinando, aprender vivendo a sua realidade, dando, portanto, significado concreto, real ao processo de ensino-aprendizagem.

1.1 Os Primeiros momentos da escolarização no Brasil

A fase vivenciada no Brasil chamada de período colonial teve a influência jesuíta no processo de escolarização, presença essa marcada logo no início da colonização da nação, onde padres jesuítas comandados pelo governador geral Tomé de Sousa em 1549, chegam à colônia com uma missão clara e específica, em nome da coroa e da igreja católica.

Para Mattos (1958, p. 31), com a presença dos padres jesuítas no Brasil colônia se esperava uma intensa ação catequética do povo indígena (primeiros brasileiros), aos conceitos, valores e aculturação à civilização europeia cristã.

“Como um tipo particular de relações políticas, a qual com dois elementos, uma considerada como um centro de decisão, neste caso, encontrava-se a metrópole, de onde saíam as ordens conforme seus interesses, e do outro lado, os dos subordinados, ou seja, os colonizados, que seguiam a cartilha ditada pelo colonizador. Assim, nas suas relações estabeleceram um quadro institucional para que a vida econômica da metrópole fosse dinamizada pelas atividades coloniais”.
Novais (1975, p. 07),

Os jesuítas deveriam “instruir” a população indígena, como também os filhos dos colonos, levando em consideração que eram os jesuítas os únicos com a condição de oferecer a “instrução educacional”.

“De maneira diversificada, os planos de estudos foram começando a ser criados, como aprendizado do português, ensino religioso, além do ensino de canto opcional, tinha-se aí, também, a inclusão do aprendizado profissional e agrícola, ainda se acrescentavam a gramática e noções de matemática, onde se notava a tendência pelo recrutamento sacerdotal “dentre os de maiores habilidades”. (MATTOS, 1958, p.86).

É importante destacar que a formação intelectual oferecida pelos jesuítas foi uma fase marcada por uma intensa rigidez na forma de pensar e de interpretação da realidade.

Segundo Paim (1967, p. 28), aquele que tinha um espírito demasiado e muito livre não deveria fazer parte da vida docente, assim, tal declaração se reporta aos profissionais da educação que eram inspecionados rigorosamente.

A quase “independência” dos jesuítas no processo educacional chegou a afetar o campo político e social, esses religiosos se transformaram na única força capaz de influir no domínio do senhor do engenho, onde tal preocupação está externada no governo do Marquês de Pombal que desestruturou, assim pode-se dizer, a “hegemonia jesuítica”.

Com o Marquês de Pombal, tem-se do ponto de vista educacional, a orientação adotada, ou seja, a de formar o perfeito nobre, agora negociante; simplificar e abreviar os estudos, diversificar o conteúdo, tornando-os mais práticos possíveis.

Assim, começa a trajetória da educação brasileira com suas mudanças, passando por vários períodos, que não só de Pombal, mas outros, como o período Joanino, onde com a vinda de D. João VI ao Brasil no século XIX, desencadeiam-se uma série de ações que levam a uma (ou algumas) modificações no contexto educacional.

A educação contemporânea (especificamente brasileira) passa por crises e momentos nebulosos, todavia, há uma mobilização na busca de uma melhor compreensão e atuação do sistema educacional frente à realidade vigente; nesse processo de crescimento, cobrança e expectativa, somada às suas muitas frustrações, não se pode prescindir da “figura do professor”. Como ator direto desse processo, o sistema educacional necessita voltar suas atenções e rediscutir o papel desse profissional do ensino, é aqui que se faz alusão a uma crítica cultural no processo de alfabetização e letramento em nossa sociedade.

2 A prática de alfabetização e suas metodologias trabalhadas

2.1 Os primórdios históricos da alfabetização

Para quem tem interesse em estudar a origem da alfabetização, notadamente perceberá que é possível ver que devido às necessidades da comunicação, teve-se como senda para o surgimento da escrita e da leitura, e que ao inventar a escrita, o homem também fez surgir a necessidade de que ela continuasse a ser usada e passada para as novas gerações até os dias atuais.

“Com relação à necessidade do surgimento da escrita para o dia a dia da humanidade, Cagliare confirma em suas pesquisas que a escrita surgiu do sistema de

contagem feito com marcas em cajados ou ossos, e usados provavelmente para contar o gado, numa época em que o homem já possuía rebanhos e domesticava os animais”. Cagliari (1998, p. 14),

Diz ainda o autor que esses registros passaram a ser usados nas trocas e vendas, representando a quantidade de animais ou de produtos negociados, onde para isso, além dos números, era preciso inventar os símbolos para os produtos e para os proprietários.

Com o passar dos tempos, em função da necessidade de que a escrita e a leitura passassem de geração em geração e que, realmente, se entenda o que está escrito, surgiram as regras da alfabetização.

Em relação a essa necessidade, Cagliari (1998 p. 15), afirma que:

“Ao longo do processo de invenção da escrita também incluiu a invenção de regras de alfabetização, ou seja, as regras que permitem ao leitor decifrar o que está escrito e saber como o sistema de escrita funciona para usá-lo de forma apropriada, uma espécie de etapas a serem seguidas para que o processo de alfabetização, de fato, funcione”. Cagliari (1998, p.15)

Essa necessidade de passar o conhecimento da leitura e da escrita de geração à geração, cada vez mais está ganhando importância, porém é muito recente essa conscientização em relação ao processo inicial de transmissão da leitura e escrita, principalmente como forma de evitar o número de insucesso na formação final de alunos.

Na época em que a escrita teve o seu surgimento, pouca importância se dava ao processo de alfabetização, mesmo porque a necessidade de domínio da mesma era menor, pois se aprendia e se ensinava apenas o básico para se comunicar através da leitura e da escrita, tendo como forma de ensino um modelo mecânico.

2.2 Conceituando alfabetização

Acreditando que alfabetização pode ser visto como um processo que leva a aprendizagem inicial da leitura e escrita no seu respectivo idioma, ou seja, alfabetizada é aquela pessoa que domina habilidades básicas para fazer uso da leitura e escrita, Val (2006, p. 19), define alfabetização como:

“O processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Em suma, alfabetização diz respeito ao estado de compreensão e de domínio do chamado “código” escrito, o qual está organizado em

torno de relações entre o que aqui se grifa como pauta sonora da fala bem como as letras usadas para representá-la”. Val (2006, p. 19)

Fazendo alusão a outros conceitos sobre alfabetização, encontra-se em Kleiman (2005, p. 12) o entendimento de que se trata de uma prática que envolve diversos saberes, participantes e, também, os elementos materiais que permitem concretizar essa prática em situações diversas.

Diz ainda que o conceito de alfabetização denota um conjunto de saberes sobre o código escrito em sua língua, que é mobilizado pelo indivíduo para participar das práticas letradas em outras esferas de atividade, referindo-se ao mesmo tempo ao processo de aquisição das primeiras letras e, como tal, envolve sequências de operações cognitivas, estratégias, modos de fazer.

“Ao permitir que o sujeito interprete, divirta-se, seduza, sistematize, confronte, induza, documente, informe, oriente-se, reivindique, e garanta a sua memória, o efetivo uso da escrita garante-lhe uma condição diferenciada na sua relação com o mundo, um estado não necessariamente conquistado por aquele que apenas domina o código”. (Soares, 1998).

Por isso, aprender a ler e a escrever implica não apenas o conhecimento das letras e do modo de decodificá-las ou mesmo de fazer a sua associação, mas a possibilidade de usar esse conhecimento em benefício de formas de expressão e comunicação, as quais sejam possíveis, sejam reconhecidas, necessárias e legítimas em um determinado contexto cultural.

Infere ainda Soares (2008) que:

“Alfabetização é um processo no qual o indivíduo assimila o aprendizado do alfabeto e a sua utilização como código de comunicação. Esse processo não deve se resumir apenas na aquisição dessas habilidades mecânicas (codificação e decodificação) do ato de ler, mas na capacidade de interpretar, compreender, criticar e produzir conhecimento. A alfabetização envolve também o desenvolvimento de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral”. Soares (2008)

Ela tem sido entendida tradicionalmente como um processo de ensinar e aprender a ler e escrever, portanto, alfabetizado é aquele que lê e escreve.

2.3 Metodologias na prática de alfabetização

Para o processo de alfabetização de pessoas consideradas não alfabetizadas e para o devido alcance dos objetivos propostos por profissionais nesta tarefa, é necessário que exista um método com o qual possa trabalhar dentro da realidade em que o sujeito se encontra, fazendo um trabalho em dois momentos, ou seja, lúdico e criativo. Porém, faz-se necessário

entender o que é ou seria um método? Assim, pensa-se que se trata da forma ou maneira de um profissional educador/ professor direcionar seus encontros escolares.

De acordo com Correa e Salch (2007, p. 10):

“Para compreender o que é método informa que tem sua origem no grego métodos e que quer dizer respeito a caminho para chegar a um objetivo, referindo-se ao modo de agir, maneira de proceder, meio que o sujeito a ser alfabetizado faz uso”.
Correa et Salch (2007, p. 10)

Diz ainda que ao se planejar alfabetizar um sujeito é normal que surjam preocupações como saber qual o melhor método para se trabalhar e alcançar os objetivos de uma alfabetização que tenha qualidade e traga resultados considerados positivos.

É importante deixar bem claro que o ato de alfabetização não tem uma receita quando se trata da relação ao método, porque a maneira ou estado de aprendizagem de um sujeito em relação a um outro pode ser diferente.

No entendimento de Carvalho (2008, p. 17), muitos profissionais na área da educação não têm conhecimento sobre os princípios metodológicos e nem sequer se aprofundam em estudos e formação continuada para a devida melhoria.

É importante também que os professores tenham consciência ao escolher o método de alfabetização, optando por um que faça sentido para o educando, ao mesmo tempo mostrar a importância do ato de ler e escrever e que esteja dentro da realidade de seus alunos.

Como existem vários métodos, cabe ao professor conhecê-los e escolher qual é a forma ótima de trabalhar esse processo de alfabetização inicial com seus alunos e alunas, também é de fundamental importância que o educador também busque diversificar suas metodologias de ensino e aprendizagem, pois a forma como transmite conhecimento a um aluno pode se diferenciar para outro, pois a necessidade de cada um se diferencia bem como a forma de seu entendimento. Não há uma receita mágica e pronta de alfabetização, ficando ao talento do educador/a muito estudo, preparação e dedicação para fazer um ótimo trabalho de alfabetização.

3 Compreendendo o que é letramento diferente de alfabetização

No Brasil especificamente o termo letramento se insere e ganha espaço há pouco tempo no discurso de especialistas das áreas de educação e de linguística. Foi na segunda metade do século passado, ou seja vinte, mais especificamente no ano 1986, que o termo letramento surgia no cenário educacional brasileiro.

Muitos estudiosos têm mudado suas concepções no que se refere à linguagem e ela passa a ser vista como um processo não mais estático e sim dinâmico em contextos de grandes significado no que tange a atividade social em todos os seus aspectos, quer sejam eles de ordem familiar, seja comunitário, profissional, religioso, outros. Contudo, vê-se que um sujeito não aprende unicamente pelo que tem de individual ou mesmo isolado, mas também pelo contexto que o cerca e o que está envolto de si, incluindo significados e usos produzidos em suas redes de relações com outros sujeitos, ocasionando assim conhecimento de outras culturas, crenças, valores, etc.

Um dos avanços consideráveis, atualmente, é talvez o uso da denominação letramento, que muitos teóricos postulam erroneamente ser sinônimo de em suas diferentes concepções.

Segundo Soares (1998, p. 18):

“Letramento é uma palavra recém-chegada ao vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas e a conceitua dizendo que é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita, em outras palavras, é estado ou condição de quem não apenas aprende a ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”. Segundo Soares (1998, p. 18):

Conforme Kleiman (2005, p. 45), diz que letramento abre espaço para uma nova forma de conceber a relação entre o escrito e o oral, assim foi postulado uma relação de continuidade e não de oposição, entre o oral e escrito, perante as evidentes relações que existiam entre os usos da língua falada e da escrita.

Kleiman (2005, p. 11), também ratifica que:

“O letramento envolve ainda saber o código da escrita, quaisquer dos enfoques e recursos utilizados para ensinar a decodificar, analisar e reconhecer a palavra, além de lembrar que qualquer que seja o método de ensino da língua escrita ela é eficiente a medida que se constitui na ferramenta adequada que permite ao aprendiz adquirir o conhecimento necessário para agir em uma situação específica”. Kleiman (2005, p. 11)

3.1 Buscando a Origem do Termo Letramento

Conforme Soares (1998), afirma que a denominação é uma versão em português, da palavra inglesa “literacy”, palavra essa que dizer pessoa educada, especialmente capaz de ler e escrever.

Assim, na concepção acima apresentada, entende-se que a referida autora parte do pressuposto de que existe um “elo”, uma “conexão”, entre duas situações distintas, a de alfabetização e a de letramento, a saber que ainda a autora concebe a alfabetização como pré-

requisito e condição para se chegar ao letramento. Subjacente a essa concepção de letramento está a ideia de que a escrita pode trazer consequências de ordem social, cultural, políticas, econômicas e linguísticas (Soares, 1998, p.17).

Partindo do princípio de que afirmar que um sujeito, para ser considerado letrado ou estar em processo inicial de letramento, segundo a autora, precisa ser no mínimo alfabetizado, ou seja, saber ler e saber escrever, o que equivale a ratificar, também, que pessoas que não adquiriram a tecnologia da leitura e da escrita, portanto pessoas denominadas de “analfabetas”, pois não “sabem” codificar/decodificar letras e palavras, são consideradas iletradas, desprovidas da escrita e da leitura em sua língua. Essa questão é muito polêmica, uma vez que existem teóricos que afirmam que, em uma sociedade moderna, marcada pelo avanço científico e tecnológico, onde a escrita está presente em todo o contexto social do indivíduo, é impossível afirmar que existem pessoas iletradas, pois, o que se percebe é o inverso dessa forma de pensar, principalmente em países considerados de terceiro mundo ou subdesenvolvidos.

As estudiosas Kleiman (1995) e Soares (1998), ao discutirem sobre a questão da origem do letramento com prioridade afirmam que o termo começou a ser utilizado, no Brasil, por especialistas das áreas de educação e das ciências linguísticas quando da publicação da obra da Professora Mary Kato, intitulada de ‘No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística, Editora Ática (1986) em que a autora levanta a asserção de que a língua falada culta é consequência do letramento.

Nessa mesma época, ou seja, anos 80, surge no cenário da educação a obra denominada de “ Adultos não Alfabetizados: o avesso do avesso de autoria de Leda Verdiani Tfouni, onde a referida autora, logo na introdução do livro, apresenta a distinção entre o que é alfabetização e letramento, deixando bem claro que cada uma possui a sua diferença. Já nos anos 90, Ângela Kleiman com sua obra ‘Os significados do Letramento, Mercado das Letras, 1995 e Magda Soares com ‘Letramento: um tema em três gêneros, que apresentam suas obras contribuindo no levantamento de discussões e de reflexões tanto teóricas e metodológicas referente ao fenômeno letramento.

3.2 Algumas Concepções Referente ao Termo Letramento

Uma das dificuldades que se enfrenta na realização de estudos sobre letramento está relacionada com a concepção desse termo, pois, percebe-se que não existe uma concepção única em relação à terminologia, são muitas as formas de se conceitua-la e entendê-la por estudiosos. Talvez, a única conclusão a que todos os teóricos chegam é que letramento,

desde a sua origem até as suas mais variadas concepções, está relacionado com a escrita, ou seja, não faz sentido compreender o termo letramento dissociado da escrita, seja do ponto de vista da dimensão individual ou da dimensão social.

Os estudos que contemplam a dimensão do letramento surgem no âmbito acadêmico na tentativa, por parte de alguns estudiosos, de separar os estudos sobre alfabetização dos estudos que examinam os impactos sociais dos usos da escrita (Kleiman, 1995).

“Realmente, definir a palavra letramento não é uma tarefa muito fácil. Entretanto buscando explicar melhor os motivos que justificam as várias definições do termo letramento, pois como dito, muitos a conceitua de maneiras diferentes, chegando, inclusive, a ocorrerem conflitos conceituais entre alguns especialistas que estudam o fenômeno, vindo a existir as duas principais dimensões do letramento, ou seja, a individual e a social, observadas”. Soares (1998).

Infero a autora que a dimensão individual do letramento parte do pressuposto de que letramento é um atributo pessoal, algo que está relacionado à simples posse individual das tecnologias mentais complementares de ler e escrever, onde nessa dimensão do letramento, tem-se a ideia de que um sujeito para ser considerado letrado, ou estar em processo inicial de letramento, necessita ter no mínimo adquirido a habilidade de ler e escrever. Nesse sentido, existe uma relação muito estreita entre os termos escolarização, alfabetização e letramento, uma vez que é a educação formal, a qual dita dentro da estrutura escolar considerada a principal agência responsável pelo processo de alfabetização da maioria das pessoas, principalmente daquelas pertencentes às classes economicamente desfavorecidas.

Em contrapartida a essa dimensão individual do letramento, em que a sua análise parte do princípio de que a posse tanto da arte de escrever como de ler por um sujeito pode trazer-lhe consequências e, também, alterar seu estado ou condição em vários aspectos, como os sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e econômicos. A autora apresenta a dimensão social do letramento, que parte do pressuposto de que a introdução da escrita numa determinada sociedade, até então sem uma relação forte com ela, pode trazer também aos grupos transformações políticas, sociais, econômicas e linguísticas. Explica que essa segunda dimensão do letramento, que é impossível definir letramento sem fazer uma análise social/cultural desse fenômeno.

“Seria, provavelmente, mais apropriado referir-se a “letramentos” do que a um único letramento, e deve-se falar de letramentos, e não de letramento, tanto no sentido de diversas linguagens e escritas, quanto no sentido de múltiplos níveis de habilidades, conhecimentos e crenças, no campo de cada língua e/ou escrita”. Street (1984, p. 47),

Conforme Kleiman (1995, p. 81), define letramento “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”.

A partir da década de 80 do século passado, surgem, em consequência de vários trabalhos relacionados à escrita, os chamados “novos estudos de letramento” os quais propõem o ¹modelo autônomo e o modelo ideológico de letramento (Street, 1984).

Referente a esse modelo, Kleiman (1995) mostra a sua aversão sobre:

“O modelo autônomo de letramento tem suas falhas como determinismo tecnológico, a indiferença às variações culturais, o fato de ser sumamente economicista e de ser etnocêntrico, todos esses fatores o diminuem por ser discriminatório contra o “iletrado”. Kleiman (1995),

Conclusão

Assim, percebe-se se que a necessidade de se alinhar alfabetização e letramento se faz necessários as novas práxis educacionais, entendendo que esse último é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais e que um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado, pois ser letrado implica em usar socialmente a leitura e a escrita e responder as suas demandas.

É necessário alfabetizar letrando, ou seja ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se torne, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado, pois, entende-se que letramento envolve leitura e a arte de ler é um conjunto de habilidades, de comportamentos e conhecimentos.

Portanto, entende-se que os pesquisadores que contemplam os estudos sobre letramento nesta nova sociedade e no chamado século das luzes devem voltar seus olhares investigativos para as comunidades que sofrem “tímida” e “marginalmente”, os efeitos do letramento, procurando descrever e compreender, entre outras dimensões do estudo, quais oralidade que são mais comuns nessas comunidades, ao mesmo tempo, que os profissionais em educação e com a missão de promover a formação dos novos alfabetizados e possíveis letrados tenham a nítida certeza de que precisam sempre se os domínios sociais de letramento mais influentes e quais os eventos de letramento e de darem ao luxo de fazerem uso das novas tecnologias de diversas formas que só contribuam por uma educação com

qualidade e bons resultado onde sujeitos não só saibam ler escrever mas se apropriarem do que leem e escrevem.

Street informa que o modelo autônomo, entende-se como sendo o que focaliza os aspectos técnicos do letramento independentemente do contexto social em que está inserido, ao passo que patrocina dicotomização entre a oralidade e a escrita; já, referente ao modelo ideológico, faz saber que se trata de um modelo que considera as práticas de letramento as quais estão intrinsecamente ligadas às estruturas tanto sociais como as ideológicas, e para tanto, não desconsidera as chamadas habilidades técnicas ou os aspectos cognitivos de letramento. Com base nesse entendimento, presume-se que o modelo individual de letramento tem uma abrangência bem maior que o modelo autônomo pelo fato de reunir dois momentos das práticas de letramento, ou seja, os aspectos culturais e os cognitivos.

Referências

BUENO, Erika de Souza. **A educação e os seus desafios no Brasil de hoje**. Disponível em <www.planetaeducacao.com.br>. Acesso em 28/12/2014

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu: Pensamento e Ação no Magistério**. 1. Ed. São Paulo: Scipione, 1998.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e Letrar: Um Diálogo entre a Teoria e a Prática**. 5. Ed. Rio de Janeiro Vozes, 2008.

CORREA, Djane Antonucci, **SALCH**, Bailon de Oliveira e *et. al.* **Práticas de Letramento: Leitura, escrita e discurso**. 1. Ed. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

KLEIMAN, Ângela B. **Preciso Ensinar Letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Cefiel/IEL /Unicamp, 2005-2010

MATTOS, Luís de. Primórdios da educação no Brasil: o período heroico (1549 - 1570). Rio de Janeiro, gráfica aurora, 1958, 306 p

NOVAIS, Fernando A. Estrutura e dinâmica do artigo sistema colonial (séc. XVI – XVIII). 2º ed; São Paulo brasiliense. 1975 (cadernos Cebrap s:17), 47p.

PAIM, Antônio. História das ideias filosóficas no Brasil. São Paulo, XXXX, 1967, 276 p.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2ª ed. 3. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2001

STREET.B.V. Literacy in theory and practice. Cambridge: University Cambridge, 1984. 209 p.

VAL, Maria G. C. O que é ser alfabetizado e letrado? In: Carvalho, Maria A.& Mendonça, Rosa H. (org.). Práticas de leitura e escrita. Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 13-17.